

A INESCRUTABILIDADE DA REFERÊNCIA E A RELATIVIDADE ONTOLÓGICA DE QUINE PERMITEM A DEFESA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO? ¹

Do the inscrutability of reference and Quine's ontological relativity allow the defense of scientific knowledge?

Luís Filipe Estevinha Rodrigues²

Jorge Henrique Lima Moreira³

RESUMO

A discussão aqui delineada objetiva discutir acerca da possibilidade em estabelecer que as teorias científicas são bem-sucedidas ou não a partir da teoria filosófica de Quine. Os pressupostos internos ao pensamento do autor são suas concepções da inescrutabilidade da referência e da relatividade ontológica. Afinal, como se pode estabelecer conhecimento quando os elementos básicos são tão indeterminados? Por outro lado, os pressupostos externos a seu pensamento são as teorias clássicas, como o empirismo do Círculo de Viena e o fundacionalismo⁴. O empirismo do Círculo de Viena alicerça-se em bases verificacionistas, tendo como elemento central a evidência empírica. Já o fundacionalismo, ancora-se principalmente, na exigência cartesiana de certeza, uma demanda que busca responder às exigências para se alcançar o conhecimento enquanto realidade indubitável imanente ao sujeito. Quine é um herdeiro dessas discussões. A questão fundamental que nos ocupará aqui será mostrar como o filósofo estabelece uma teoria que parte do inegável sucesso das previsões científicas, assumindo, no entanto, pressupostos de indeterminação linguística e epistêmica.

Palavras-chave: Teoria científica. inescrutabilidade da referência. relatividade ontológica. indeterminação.

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.253891>

² Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Grupo de Pesquisa *Filosofia, Metafísica e Cognição* (FMC). Professor na Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE. Grupo LANCOG, Lisboa, Portugal. luisestevinha@icloud.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1530273029633068>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6266-5089>.

³ Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Piauí e Doutorando em Filosofia na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jorgehenrique@phb.uespi.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2901-9042>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9073261129083377>.

⁴ A teoria fundacionista é uma teoria muito tradicional na epistemologia e que se ocupa em fazer uma descrição da justificação. Esta corrente afirma que existem crenças fundacionais e que estas são justificadas em si mesmas e a partir delas todas as outras crenças devem ser justificadas ESTEVINHA, 2006, p.4.

ABSTRACT

The discussion outlined aims to examine the possibility of establishing that scientific theories can be successful based on Quine's philosophical theory. The internal assumptions to the author's thought are his conceptions of inscrutability of reference and ontological relativity. After all, how can anyone establish knowledge when the basic elements are so indeterminate? On the other hand, the external assumptions to his thinking are the classical theories such as the empiricism of the Vienna Circle and the foundationalism. The empiricism of the Vienna Circle is based on verificationist bases, with empirical evidence as its central element. Otherwise, the foundationalism is anchored in the Cartesian requirement of certainty, which seeks respond to the requirements to achieve knowledge as an undoubted reality immanent to the subject. Quine is heir of these discussions. The fundamental question that will occupy us here will be to show how the philosopher establishes a theory that starts from the undeniable success of scientific predictions, although he assumes linguistic and epistemic assumptions of indeterminacy.

Key-words: Scientific theory. inscrutability of reference. ontological relativity. indeterminacy.

I. A inescrutabilidade da referência

Quine defende um naturalismo similar ao de Dewey (1958), que concebe que conhecimento, mente e significado são partes do mesmo mundo e devem ser estudados aos moldes das ciências naturais. Desse modo, não existe espaço para apriorismo algum.

Em seu *Relatividade ontológica* (1980a), ele faz uma crítica profunda à semântica mentalista. Dewey, por exemplo, ainda nos anos 20⁵ defende que não existe linguagem privada. Aliás, mesmo o solilóquio é um produto da conversa com outros. A tese destacada aqui é que a linguagem impõe interação entre, no mínimo, dois indivíduos. E mais, que qualquer interação pressupõe uma comunidade de fala onde esses indivíduos adquirem hábitos discursivos.

A concepção criticada por Quine (1980a) é a que ele denomina como teoria da linguagem como cópia. Essa concepção é uma concepção de semântica clássica, que se sustenta no mito do museu. O mito consiste em tomar as coisas como os significados e as palavras são suas etiquetas.

⁵ Vale destacar aqui que Dewey antecipa a discussão proposta por Wittgenstein em suas *Investigações Filosóficas*. Nos anos 20 do século XX Wittgenstein estava inserido na tradição que Quine denomina de teoria da linguagem enquanto cópia. Quer dizer, o Wittgenstein da época é o autor do *Tractatus Logico Philosophicus*.

Partindo disso, ele concebeu que a semântica tende a um mentalismo pernicioso. Isso quer dizer que as coisas significadas são determinadas na mente de um homem, e não a partir de suas disposições a um comportamento aberto. Sua ideia é que o significado está ligado ao comportamento. Afinal, existem palavras que não designam coisas. E essa obscuridade indica a compreensão do autor em estabelecer que o comportamento (verbal) é a chave para a interpretação do significado.

Vale dizer que o autor se opõe às concepções de significado enquanto entidades platônicas ou como objetos denotados da mesma maneira que à concepção de significado enquanto entidades mentais. Em sua crítica à versão atomista da semântica, ele apresenta argumentos que invalidam a ostensão. Assim, Quine se opõe a qualquer tentativa de entificação do significado. Sua posição é que o significado é demarcado a partir do comportamento verbal dos falantes em situações de trocas conversacionais e cristalizadas socialmente.

Tome-se o exemplo apresentado em *Palavra e Objeto* (QUINE, 2010) acerca de *gavagai*. A expressão deste termo junto ao ato de apontar para um coelho possibilita interpretar esse termo como coelho, parte destacada de coelho ou fase de coelhos. Sua ideia é que a ostensão não possibilitaria estabelecer o significado de modo absoluto. O autor defende que o que ocorre ao linguista em uma situação dessas é a aferição a partir de hipóteses e reconhecimento dos sinais de assentimento e negação do nativo. E com isso vai estabelecendo um sistema que traduza nossas interrelações gramaticais e vai aproximando suas sentenças com as do nativo no uso. Essas hipóteses de tradução são o que ele chama de hipóteses analíticas.

Tomadas em conjunto, as hipóteses analíticas e as definições auxiliares constituem o dicionário e a gramática língua-da-selva/português do linguista. A forma com que são dados é imaterial porque seu propósito não é a tradução de palavras ou construções, mas a tradução de um discurso coerente; palavras e construções individuais são motivo de atenção apenas como meios para tal fim (QUINE, 2010, p.102).

Por outro lado, ele entende que uma hipótese analítica não é absoluta. Não é possível prescindir de outras hipóteses analíticas, pois sabe que o

assentimento do nativo não torna a questão resolvida definitivamente. Uma hipótese analítica é ponto de partida do linguista a fim de tentar compreender o discurso do interlocutor. Mas a interação conversacional permitirá que o locutor possa ajustar suas hipóteses.

Na sequência ele destaca a relevância filosófica do quanto “significado” e “semelhança de significado” são noções obscuras. Tomando como exemplos “animais racionais” e “bípedes implumes”, então se pode sentenciar que esses termos são semelhantes em extensão. Mas certamente não se pode dizer o mesmo quanto à semelhança intensional. A partir desse exemplo, parece razoável apostar na extensionalidade como critério de significação. Na verdade, extensão e referência são marcadores firmes; enquanto intensão e significado são marcadores frágeis.

O problema, delineado pelo autor, é que a indeterminação da tradução se entrecruza de modo semelhante com a extensão e com a intensão também. Assumindo isso, Quine aponta que os termos “coelho”, “parte não destacada de coelho” e “fase de coelho” diferem em termos de significado, ou seja, tem intensões diferentes. Mas, pasmem, eles também são verdadeiros de coisas diferentes. Logo, têm extensões diferentes também. Dessa reflexão ele infere que a própria referência se mostra comportamentalmente inescrutável. Portanto, para o autor, a evidência empírica é insuficiente para determinar qual seria a tradução correta de “gavagai”, pois a evidência possibilitaria traduzir a expressão como “coelho”, ou como “parte não destacada de coelho” ou como “fase de coelho”. E, por princípio, não existem critérios últimos para julgar e decidir qual dessas traduções é a correta, pois a evidência empírica possibilita que todas sejam corretas.

Tanto na análise da tradução como na análise da língua materna do falante a inescrutabilidade da referência se manifesta. E isso mostra um ponto fundamental. A tese da inescrutabilidade pode nos direcionar para a concepção de que não existem diferenças entre termos de qualquer tipo. E implicaria também que não existem diferenças entre objetos de qualquer tipo designados no mundo. E o resultado final seria que não haveria sentido em qualquer referência, tornando difícil algum discurso.

A solução dele é entender que a inescrutabilidade da referência não é a inescrutabilidade de um fato. Para Quine, assim como era para Dewey

(1958), a referência é mesmo sem sentido, a não ser quando relacionada a um sistema de coordenadas. Aqui se encontra a caracterização de seu princípio da relatividade.

Esse princípio de coordenadas é semelhante ao que ele denominou linguagem de fundo. Desta maneira, não faz sentido algum perguntar pelo significado absoluto de alguma referência. Afinal, qualquer questionamento acerca de algo pressupõe a identificação da linguagem de fundo envolvida.

Um problema inicial seria o *regressus ad infinitum*. Afinal, uma linguagem de fundo X não exigiria uma linguagem de fundo Y? E por consequência essa não exigiria uma linguagem de fundo Z? E isso não descambaria em um regresso? Para Quine não. Ele entende que, embora pareça desesperador, isso é semelhante à questão de “posição e velocidade”. O sistema coordenado pode exigir um outro anterior, e só se consegue encerrar o debate assumindo a língua materna e tomando as palavras por seu valor nominal. Ou seja, não se determina uma referência apartada de uma linguagem de fundo, onde, nesse caso, seria a língua materna.

O fato é que tentar estabelecer o que são os objetos é muito custoso, levanta muitos problemas. Então Quine transforma a questão em termos de tradutibilidade: “*O que faz sentido é dizer, não o que são os objetos de uma teoria, falando de um modo absoluto, mas como uma teoria de objetos é interpretável ou reinterpretável numa outra*” (1980a, p.146).

Assim, a tese relativista de Quine pode ser caracterizada desse modo: em vez de ver as coisas absolutamente, sua proposta destaca o ver as coisas de outro modo. Em resumo, isso caracteriza a indeterminação na concepção ontológica do autor. O objeto, nada mais seria do que o valor da variável de uma função proposicional (Fx). Isso implica na inexistência do sentido último de especificação do universo a partir de uma teoria. Em uma teoria desse tipo (Y) existem predicados que distinguirão porções desse universo. E o que difere tais predicados é a função desempenhada nas leis da teoria.

Mas isso faz o próprio autor (QUINE, 1980a) levantar um problema em sua caracterização de uma teoria. Em princípio, uma teoria é um conjunto de sentenças interpretadas, i.e., é um sistema fechado dedutivamente. E, se as sentenças são interpretadas, então o domínio de valores de suas variá-

veis está fixado. Por conta disso, como não tem sentido dizer o que são os objetos de tal teoria?

A resposta dele é que não se pode exigir, a não ser em sentido relativo, que as teorias sejam plenamente interpretadas. De fato, ao especificar uma teoria se especificam as sentenças componentes desta. Em todo caso, teorias diferentes podem lidar com objetos diferentes, o que não inviabiliza sua concepção relativista acerca dos objetos.

Minha resposta é simplesmente que não podemos exigir que as teorias sejam plenamente interpretadas, exceto num sentido relativo, se algo há de contar como uma teoria. Ao especificar uma teoria, devemos de fato especificar plenamente, em nossas palavras, que sentenças hão de compor a teoria, e que coisas hão de ser tomadas como valores das variáveis, e que coisas hão de ser tomadas como satisfazendo as letras de predicado; nessa medida, interpretamos plenamente a teoria, *com relação* a nossas próprias palavras e com relação a nossa teoria doméstica geral que subjaz a elas. Mas, isso fixa os objetos da teoria descrita apenas com relação aos da teoria doméstica; e esses podem, à vontade, ser por sua vez questionados (QUINE, 1980a, págs. 146-147).

Na sequência, o autor dialoga acerca da atribuição universal apresentada por Carnap (2002). A ideia de Quine é que distinções como *factual/não-factual* e *externa/interna* não ajudam a clarificar a relatividade ontológica. A única forma de tornar as questões significativas é relacionando-as a uma teoria de fundo. E, claro, não é porque essa teoria seja mais ampla. Afinal, não é a universalidade que estabelece que questões ontológicas não têm sentido, mas sim a circularidade.

Perguntar “O que é um F?” não pode ser respondida em termos de uma ontologia de objetos absolutos. Ela só pode ser respondida relacionando um outro termo, onde temos que “um F é um G”. Essa aceitação, quer dizer, de G, tem que ser sem crítica. Destarte, essa é a maneira que Quine encontra para dizer que, partindo da relatividade ontológica e da inescrutabilidade da referência, é possível fixar termos e sentenças, desde que alicerçados em uma teoria de fundo. Ele considera sem sentido o questionar acerca das referências de nosso vocabulário, pois não existem termos que credenci-

em perguntar ou mesmo responder a tais questões. Isso, portanto, de uma maneira não convencional, afasta-o de ser caracterizado como um cético.

II. Epistemologia naturalizada

A epistemologia é a área da filosofia que trata dos fundamentos das ciências. Nesse ínterim, Quine destaca o projeto de redução da matemática à lógica. Esse projeto (logicismo⁶) pretendia reduzir toda a matemática a fundamentos lógicos, mediada pela teoria dos conjuntos. O sucesso desse projeto tornaria possível explicar o sucesso da matemática, a saber, mostrar como se obtém a certeza matemática.

Embora a empreitada fosse valiosa, o fato é que não ocorreu de maneira satisfatória. E o sonho dos epistemólogos não se concretizou. A ideia era estabelecer o fundamento do conhecimento matemático e sublinhar um paralelo com as ciências naturais. Então, assim como a matemática seria reduzida à lógica, também se reduziria o conhecimento natural à experiência sensível. E essa fundamentação seria bifurcada em ambas. Tanto na matemática como nas ciências naturais existiriam o aspecto conceitual e o aspecto doutrinal. O aspecto conceitual diz respeito aos significados nas teorias. O aspecto doutrinal diz respeito às verdades das teorias⁷. Desse modo, em relação ao conhecimento natural, temos o seguinte: i) no aspecto conceitual a operação fundamental é explicar a noção de corpo (coisa) em termos sensoriais; e ii) no aspecto doutrinal a operação fundamental é justificar o conhecimento de verdades da natureza em termos sensoriais.

Alguns autores foram notáveis na caracterização do conhecimento científico em seu aspecto conceitual. Dentre esses, alguns exemplos são Hume, Bentham, Frege e Russell. Este último se voltou ao aspecto conceitual da epistemologia do conhecimento natural para dar conta do mundo exterior como um construto lógico a partir de *sense data*. No entanto, quem mais se aproximou desse intento, segundo o autor, foi Carnap.

⁶ O projeto inicial é de Frege, que consiste na redução da aritmética à lógica. Mais detalhes, ver em FREGE (2010).

⁷ A respeito da discussão citada aqui por Quine, ver as teorias de Hume (2009), Frege (2009) e Carnap (2003).

Apesar disso, Quine destaca um problema grave nessa concepção. Não obstante uma sentença se exprima em termos de observação, lógica e teoria dos conjuntos, isso não significa que possa ser provada a partir disso⁸. Isso culmina, segundo o autor:

Reconheceu-se serem vãs as esperanças de fundamentar, de modo solidamente lógico, a ciência natural sobre a experiência humana. A busca de certeza cartesiana havia sido a motivação remota da epistemologia; no entanto, essa busca se revelou causa perdida (QUINE, 1980b, p.160).

Malgrado esse insucesso, o da derrocada do aspecto doutrinal da tese de Carnap, restaram duas razões para a conservação do aspecto conceitual dela. A primeira era a esperança de esclarecer a evidência sensorial para a ciência. A segunda era o aprofundamento do conhecimento de nosso discurso acerca do mundo, que tornaria nosso discurso cognitivo tão claro quanto os termos observacionais, a lógica e a teoria dos conjuntos. Isso veio junto com o esvaziamento da pretensão em explicar o conhecimento do mundo exterior a partir de evidências sensoriais.

Então, apesar da derrota, Quine considera que o empirismo se mantém com duas teses fundamentais:

- 1) Toda evidência que a ciência dispõe é sensorial.
- 2) Todo processo de atribuição de significado de uma palavra repousa em uma evidência sensorial.

Portanto, se pode dizer que, embora tenham ocorrido muitas críticas, o empirismo se mantém sólido com respeito a essa irrevogabilidade da evidência sensorial. E, dessa forma, talvez uma mudança crucial aqui, que é visível no interior do Círculo de Viena, é a mudança de uma linguagem fenomenalista para uma linguagem fisicalista⁹. Essa mudança corrobora a análise de Quine acerca das evidências sensoriais, que, embora seja o fundamento do empirismo, entretanto não se estabelece através de percepções em

⁸ Apesar disso, parece que certas construções lógico-matemáticas da física teórica e da astrofísica prescindem de evidências empíricas para suas comprovações. Assim, Quine parece extremamente exigente em sua exigência por um critério de confirmação das teorias científicas. Alexander Miller (2010) destaca que a exigência de Quine por definições explícitas e não circulares é herdada de Sócrates, denominada como *suposição socrática*.

⁹ A esse respeito, ver OUELBANI (2009).

primeira pessoa exclusivamente. A linguagem fisicalista na ciência estabelece que os perceptos podem ser corrigidos, ter a compreensão melhorada, ajustada, etc.

Ainda com o objetivo de debater a questão da demonstração da evidência empírica nas teorias científicas, Quine então realiza uma discussão com a ideia carnapiana de reconstrução racional através de formas redutivas. Ele considera que as formas redutivas são mais fracas que as definições, pois elas não apresentam equivalências de traduções para os termos. Elas explicam um termo novo por implicação, *“especificando algumas sentenças que são implicadas por sentenças que contêm o termo e outras sentenças que implicam sentenças que contêm o termo”* (QUINE, 1980b, p.161).

A acusação quineana contra as formas redutivas é de que esse processo de implicação é fictício, uma vez que apresenta novos ancestrais dos termos mediante uma sucessão de formas redutivas mais fracas. As definições contextuais, por outro lado, mostram equivalências de tradução para os termos¹⁰. Desse modo, o problema é a eliminação de uma redução tradutiva, que Quine considerava mais forte que as formas de redução por implicação.

Portanto, aquilo que tornaria a reconstrução racional mais vantajosa que a psicologia foi eliminado, que é a tradução. Logo, o desfecho de Quine foi o de que a psicologia prevaleceu. E, ao fazer essa concessão, abandonar a dedução de verdades da natureza a partir de evidência sensorial e o abandono da tradução criou o cenário perfeito para afirmar que *“(...) os significados empíricos dos enunciados típicos sobre o mundo externo são inacessíveis e inefáveis”* (QUINE, 1980b, p.162). Esse problema da inacessibilidade consiste em um enunciado típico sobre corpos não dispor de um cabedal de implicações que cheguem ao nível da experiência¹¹.

Contudo, uma massa de teoria, tomada em seu conjunto, terá implicações no domínio da natureza. E aqui ocorre uma mudança naquilo que se denomina como sua tese holista¹². Uma teoria deve ser aferida em sua totali-

¹⁰ As definições contextuais, que serviriam para explicar as traduções equivalentes, seriam fundamentais no processo de reconstrução racional aludido por Quine.

¹¹ Quine já discutira essa questão em seu artigo *Dois Dogmas do Empirismo* (QUINE, 2011), quando mostrara que não existe enunciado que se refira a conteúdos exclusivamente empíricos.

¹² No interior da tradição analítica percebe-se essa mudança gradativa. Em um primeiro momento, tal como os autores da 1ª *linguistic turn*, ocorreu uma mudança de paradigma em relação à concepção de linguagem. Nesta fase, autores como Frege, Russell e Wittgenstein

dade, e não a partir de seus componentes. Assim, a exigência de evidências empíricas é modificada. Não se trata mais de estabelecer objetos para palavras ou mesmo fatos ou eventos para enunciados. O enlace entre linguagem e mundo é em um nível mais globalizante, o do discurso, que no caso da ciência, se concretiza nas teorias.

Uma teoria, de fato, é composta de n enunciados. Ao se constatar que ocorreu uma falha na previsão, no entanto, isso não invalida necessariamente a teoria. O ponto é que uma falha dessas pode ligar-se a apenas um bloco da teoria. Em tal bloco podem ocorrer um ou mais enunciados falhos, embora não seja possível apontar qual enunciado está errado. Isso enfraquece a ideia de ciência em termos de aferição de enunciados isolados, como se estes fossem verificáveis em experiências cruciais.

Nessa perspectiva, ao contrário do que dizem os livros-textos de metodologia, teorias não se sustentam porque se mostram capazes de resistir a testes cruciais – mesmo porque, agora, teorias sequer podem se prestar a testes cruciais –, mas porque encerram redes de enunciados capazes de se proteger mutuamente sempre que alguma consequência empírica de algum desses enunciados é contrariada pela experiência (FREITAS, 2004, p.7).

Recorrendo a Peirce, Quine afirma que os enunciados componentes da teoria não têm significado empírico. Apenas uma porção razoável destes têm. Isso implica em algum tipo de projeto de reconstrução do empirismo, contanto que a tradução não se dirigisse a termos ou sentenças isoladas, mas apenas a teorias como totalidades. Com isso a tradução não seria fragmentada, mas seria dirigida à teoria como universo globalizante do discurso. Desse modo, novamente seguindo Peirce, se poderia atribuir significado empírico às teorias.

As experiências preditas, verdadeiras e falsas, não são implicadas por nenhum dos enunciados que compõem a teoria mais do que por um outro. Pelo critério de Peirce, os enunciados componentes da teoria simples-

adotaram uma concepção contextualista, onde as palavras não significam isoladamente, mas apenas no interior de uma sentença. A mudança de Quine aqui proposta, antecipada em parte nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, é que não é o enunciado (sentença) que detém a primazia da significação, mas o discurso como um todo, ou melhor, o arcabouço teórico em questão.

mente não têm significados empíricos; mas uma porção suficientemente abrangente de teoria, sim (QUINE, 1980b, p.162).

Um problema filosófico resultante disso se refere às traduções ordinárias, não filosóficas. Ao tomar o processo de tradução de uma língua para outra, como, por exemplo, do inglês para o português, testa-se essa tese em que se assume que só se pode traduzir uma teoria como um todo. Ao pressupor que não se pode traduzir uma sentença X do inglês para uma sentença Y do português através de correspondência direta, abre-se espaço para que uma sentença Z da língua portuguesa traduza a sentença X da língua inglesa.

Na verdade, para Quine isso não é problema, desde que se preserve o soldo de implicações empíricas da teoria como um todo. Assim, não há problema em ocorrerem diversas traduções concomitantes e corretas. Em última instância, os desvios de tradução de sentenças podem ser compensados ao apontar essa totalidade¹³.

Essa caracterização da tradução correta não é um problema para o mentalista acrítico, uma vez que qualquer termo ou sentença é um rótulo ligado a uma ideia existente na mente. Contrariando isso, segundo Quine, quando uma teoria verificacional do significado é levada a sério, a indeterminação é algo inevitável. Mas existe uma diferença entre as duas abordagens. Para Quine, a diferença em relação ao mentalista é a do clareamento acerca da indeterminação, algo que este não tinha. E isso faz toda a diferença na concepção que Quine tem de epistemologia.

Ele não esconde suas afiliações teóricas. Então, partindo de Peirce, se deve reconhecer que o significado de uma sentença depende apenas do que vier a ser considerado como evidência para sua verdade. Ou seja, o significado é dependente da consideração de seus efeitos¹⁴. Partindo de Duhem, se deve reconhecer que as sentenças teóricas não significam isoladamente, mas apenas enquanto grandes blocos de uma teoria. Isso implica no caráter natural da indeterminação da tradução de sentenças teóricas.

¹³ Podemos conceber tal posicionamento como a concepção de linguagem proposicional. Nesta, defende-se que sentenças distintas podem afirmar a mesma proposição, desde que o sentido (pensamento) em questão seja preservado. No entanto, não parece ser o que Quine defende. Na verdade, ele será um crítico em relação a essa concepção, pois, sabidamente, tal concepção defende uma relação entre sentença e um estado de coisas ou evento.

¹⁴ Ver a esse respeito, PEIRCE (2019).

Além disso, assumindo que existem sentenças observacionais e sentenças teóricas, então Quine conclui que “*fica selado o destino de qualquer noção geral de significado proposicional ou, na medida em que vem ao caso, de estados de coisas*” (1980b, p.163). Deve ficar claro aqui que a concepção de proposição é que toda sentença possui um significado isoladamente (atemporal) e descreve um estado de coisas. Isso resulta em, ao se pressupor a indeterminação do significado de sentenças teóricas isoladas, então fica configurado o desmonte da concepção de significado proposicional.

III. Analiticidade e aceitação da comunidade

Como resultado da discussão sobre a indeterminação tem-se que um enunciado sobre o mundo não tem sempre um arcabouço de consequências empíricas que possa ser isolado. E também evita a redução epistemológica de que cada sentença possa ser reduzida a uma sentença em termos observacionais ou lógico-matemáticos.

Isso proporcionou uma crise de significação para a epistemologia. Os empiristas lógicos, por exemplo, tornaram os enunciados da metafísica como algo sem sentido (ou sem significado). A seguir, a epistemologia passou a ser desacreditada por muitos filósofos. Quine menciona o caso de Wittgenstein e de alguns filósofos de Oxford, para os quais seria necessário curar a filosofia da ilusão acerca da existência de problemas epistemológicos.

Para Quine, esse fenômeno caracteriza uma onda de niilismo epistemológico. Alguns autores, como Polányi, Kuhn e Russell Hanson são exemplos dessa negação. Estes autores depreciavam o papel da evidência e acentuavam o relativismo cultural. Norwood Russell Hanson (1924-1967) criticou a noção de observação, pois, segundo o autor, ela varia de observador para observador. Essa posição antimetodológica é destacada por Freitas:

Eu reconstruiria idealmente a posição antimetodológica desses sociólogos pós-kuhnianos nos seguintes termos: todas as tentativas de mostrar o que é uma boa ciência fracassaram. Não há, na verdade, por que insistir nisso (2004, p.8).

Para Quine, entretanto, essa ideia de observação como evidência imparcial e objetiva foi superada, o que torna a exigência de Hanson obsoleta. A resposta quineana destaca que uma sentença observacional é aquela que gera uma mesma resposta mediante os mesmos estímulos.

Independente disso, o fato é que a epistemologia, enquanto parte da psicologia, continua avançando. Em decorrência disso, considera-se o ser humano como um fenômeno natural. E, como tal, recebe uma carga experimental controlada e fornece uma descrição do mundo exterior e sua história.

Destarte, essa relação entre input e output é o estímulo para o trabalho da epistemologia, i.e., como a evidência se relaciona com a teoria e como nossas teorias transcendem as evidências.

Além dessa primeira característica de sua epistemologia naturalizada¹⁵, qual seja, ser parte da psicologia, Quine ainda trata de dois outros debates. O primeiro debate é acerca do modo que as entradas de dados são disponibilizadas a nossa consciência. As opções da época eram as Gestalten (formas) ou os átomos sensoriais. Mas ele é taxativo: as estimulações sensoriais são a entrada de nosso mecanismo cognitivo. Ao assumir que se pode apelar para estimulações físicas, então a prioridade epistemológica entre Gestalten ou átomos sensoriais se dissolve. Ao invés disso, a prioridade para a ser de ordem causal.

O segundo debate é acerca da divergência entre sentenças observacionais e sentenças protocolares (Protokollsätze). Vejam-se as duas caracterizações:

Uma sentença é observacional se todos os vereditos a seu respeito apoiam-se na estimulação sensorial presente e não se apoiam em nenhuma outra informação estocada além da que é envolvida na compreensão dessa sentença (QUINE, 1980b, p.166).

¹⁵ A epistemologia tradicional foi substituída pela epistemologia naturalizada, que tem as demais ciências naturais como modelo de explicação para suas teorias. A epistemologia naturalizada transfere a competência de estudar a relação entre teoria e evidências para a psicologia, de modo que *“A relação entre a magra entrada e a saída torrencial é a relação que nos sentimos estimulados a estudar um tanto pelas mesmas razões que sempre serviram de estímulo para a epistemologia; ou seja, a fim de ver como a evidência se relaciona à teoria e de quais maneiras as nossas teorias da natureza transcendem qualquer evidência empírica”* (QUINE, 1980b, p.164).

As proposições protocolares são proposições básicas que resultam da observação. Mas não podem ser reduzidas à observação subjetiva ou à descrição de objetos fenomênicos:

Segundo Neurath, as proposições protocolares não se referem aos dados sensoriais de um observador. Se as proposições da ciência são intersubjetivas e se baseiam em proposições protocolares, também elas devem ser intersubjetivas. Por isso, não descrevem experiências privadas, mas objetos ou acontecimentos físicos publicamente acessíveis (BRANQUINHO ET AL, 2006, p. 633).

Nesse embate, Quine considera as proposições protocolares como modelares para sua epistemologia. Aliás, a metáfora de Neurath acerca dos reparos em um barco estando em alto-mar fortalecem essa compreensão. Quer dizer, as sentenças são observacionais, mas são públicas, portanto, intersubjetivas. Ademais, elas são corrigíveis. Um questionamento fundamental aqui, talvez seja: como distinguir se a informação recebida como dado é exclusivamente sensorial ou se ultrapassa essa barreira?

Esse debate traz à tona a questão da distinção analítico/sintético¹⁶. A novidade é que Quine apresenta uma modificação ao que ele apresentara no passado. Transformando a noção de analiticidade, ele defende que uma sentença é verdadeira em virtude meramente dos significados de suas palavras caso fosse chancelada por todos os falantes fluentes da comunidade. Dessa maneira, a noção de analiticidade deixou de ser exclusivamente semântica e adota um viés pragmático para seu estabelecimento. Claro, essa adaptação elimina a analiticidade em termos clássicos, e, portanto, deixa de ser analiticidade como tal.

Mas essa afirmação não fica isenta de crítica, pois, a saber, como se mede a aceitação da comunidade? Quine era sabedor dessa dificuldade, ou seja, a de reduzir analiticidade em termos de aceitação da comunidade. Enunciados aceitos pela comunidade não são, em última instância, analíticos. Mas a questão mais fundamental para ele é bloquear sentenças que signifiquem aprioristicamente. Mesmo as sentenças observacionais têm seu respaldo na aceitação da comunidade. Podemos, inclusive, afirmar que uma

¹⁶ A discussão acerca dessa distinção é apresentada por Quine, em seu artigo intitulado *Dois dogmas do Empirismo*, publicado no livro **De um ponto de vista lógico** (2011).

sentença é observacional quando todos os falantes da comunidade fazem o mesmo veredito mediante a mesma estimulação.

Em resumo, a demarcação dessa comunidade não é algo simplório, mas representa uma modificação clara em relação ao empirismo clássico:

A antiga tendência de associar sentenças observacionais a assuntos de natureza subjetiva e sensorial parece até uma ironia, quando refletimos sobre o fato de que as sentenças de observação são destinadas a ser o tribunal intersubjetivo das hipóteses científicas (QUINE, 1980b, 167).

IV. Considerações finais

Apesar das diversas questões delineadas acima, a questão fundamental discutida neste trabalho é a possibilidade de uma ciência bem-sucedida a partir da inescrutabilidade da referência e da relatividade ontológica. Dizendo de outro modo, como de elementos tão indeterminados é possível construir algo como o conhecimento científico?

O projeto teórico de Quine aponta para algum tipo de paralelismo entre epistemologia e semântica. Assim, ao apresentar a tese da inescrutabilidade da tradução ele golpeia fortemente as teorias semânticas que pretendem afirmar o significado como algo firme, seja em termos mentalista ou referencialista. Ao apresentar a tese da relatividade ontológica ele golpeia fortemente teorias ontológicas que servem de sustentáculo para a edificação de um conhecimento científico seguro e firme.

Apesar desse cenário desanimador, Quine apresenta uma concepção afirmativa do conhecimento científico. Para isso é necessário anular a exigência das filosofias clássicas em estabelecer as coisas em definitivo. O naturalismo de Quine parte do olhar da epistemologia à natureza, onde não se apresenta como um dado fenomênico. Ao contrário, se produz teorias que intentem interpretá-la e então se vai aferindo comunitariamente.

Assim, a tradução se torna exequível quando comparada ao trabalho que um linguista executa diante de uma língua completamente desconhecida. Não temos referências mínimas aprioristicamente. Só podemos lançar mão de hipóteses analíticas e ajustá-las conforme o assentimento dos falan-

tes da língua. Isso, claro, não impede que ocorram traduções diferentes e corretas. É fruto da inescrutabilidade da referência, mas também é como as coisas ocorrem na prática.

Isso também estabelece que uma sentença signifique diretamente uma ocorrência no mundo. Ele não corrobora a concepção tractariana de Wittgenstein de estados de coisas. Seguindo a orientação teórica de Peirce, uma sentença não tem conteúdo empírico. Ela só tem conteúdo empírico em bloco, no interior de uma teoria. Portanto, ele estabelece que toda descrição do mundo está atrelada a uma teoria, que corresponde a uma linguagem de fundo. Logo, quando ocorre um erro de predição de uma teoria, isso não torna a teoria como um todo inválida. Ajustes são feitos no interior da teoria a fim de acomodar esses desvios. É a ideia de Quine do holismo epistemológico.

Essa caracterização do autor atesta que toda teoria é um conjunto de enunciados (sentenças), agrupadas em blocos. Assim, quando descreve um fenômeno natural, na verdade está descrevendo um fenômeno complexo, logo, uma estrutura. Isso possibilita que divergências ocorram, e, portanto, seguindo seu holismo metodológico, que os ajustes sejam efetuados no interior dessa teoria. O próprio fenômeno natural é circunscrito a partir da teoria, pois Quine também se mantém fiel ao seu relativismo ontológico. O movimento não é do mundo para a teoria, como um retrato daquele. Na realidade é o contrário, ou seja, é a teoria quem ilumina o ambiente destacado.

E como elemento de delineamento da aceitação de uma sentença, então Quine transforma uma noção de verdade analítica em uma verdade de cunho pragmático. Ele estabelece que o tribunal para avaliação das sentenças componentes das teorias é a aceitação da comunidade. Essa é a tentativa em, fugindo do fenomenalismo subjetivista da tradição empírica, também não cair no apriorismo de teor metafísico.

E, para concluir acerca do intento de Quine em afirmar a possibilidade do conhecimento científico da natureza, reitera-se aqui o que afirma Conserva:

Ele argumenta que o problema será facilmente contornado quando não se tem mais o propósito reducionista de explicar e justificar a Ciência deduzindo-a da ob-

servação. A investigação dos mecanismos cognitivos humanos oferecerá uma resposta adequada para o problema do conhecimento do ponto de vista naturalista, pois nas duas entradas a Ciência é colocada como protagonista: enquanto produto da cognição humana, e como metodologia que busca explicar como funciona o nosso aparelho cognitivo (2019, p.140-1).

Dessa forma, mesmo que os elementos linguísticos e epistêmicos sejam tão indeterminados, é possível delinear uma ciência capaz de estabelecer o conhecimento.

Recebido em 29/07/2021

Aprovado em 06/11/2021

REFERÊNCIAS

BRANQUINHO, J. MURCHO, D. GOMES, Nelson G. *Enciclopédia de termos lógico filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CARNAP, R. *The Logical Syntax of Language*. EUA: Open Court, 2002.

CARNAP, R. *The Logical Structure of the World and The Pseudoproblems in Philosophy*. EUA: Open Court, 2003.

CONSERVA, Nilton. *Quine: Linguagem e Epistemologia Naturalizada*. Curitiba: Appris, 2019.

DEWEY, J. *Experience and Nature*. EUA: Dover Publications, 1958.

ESTEVINHA, L. *Internalismo e externalismo fundacionais: o que são*. Crítica (London), v.01, p. 1-4, 2006.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREGE, G. *Os Primeiros Escritos Lógicos de Gotlob Frege*. Trad. Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte, Guilherme Wyllie. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010.

FREITAS, Renan Springer de. *A Saga do Ideal de Boa Ciência*. RBCS, Vol. 19, nº 55, junho/2004.

HUME, D. *Tratado da Natureza Humana*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2009.
MILLER, Alexander. *Filosofia da Linguagem*. 2. Ed. São Paulo: Paulus, 2010.
OUELBANI, Melika. *O Círculo de Viena*. São Paulo: Parábola, 2009.

PEIRCE, C. S. *How to make our ideas clear*. In: Philosophical Writings of Peirce. New York, EUA: Dover Publications, 2019 [1940].

QUINE, W. V. O. *Relatividade Ontológica*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. Et al. In: Coleção Os Pensadores, 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980a.

QUINE, W. V. O. *Epistemologia Naturalizada*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. Et al. In: Coleção Os Pensadores, 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980b.

QUINE, W. V. O. *Palavra e Objeto*. Trad. Sofia Inês Albornoz Stein e Desidério Murcho. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

QUINE, W. V. O. *De um ponto de vista lógico*. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: UNESP, 2011.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).